



DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Mirandinha e Mirandão, casal apaixonado, decide passar as férias em BC (Balneário Camboriú). Como ainda são estudantes, ele com 17 e ela com 18 aninhos, buscam recursos com o pai de Mirandinha para financiar a viagem e são verbalmente agredidos. Revoltados, escolhem enganar o pai da moça, fingindo um sequestro para usar o dinheiro do resgate na viagem. Agindo com dolo e unidade de desígnios, chamam outro colega para ajudar no plano, Rubão, o mais velho da turma. A divisão das tarefas ficou da seguinte forma: a) Mirandinha ligaria chorando pedindo ajuda, dizendo que estaria em um cativo; b) Rubão faria a voz do sequestrador e pediria 10 mil reais em dinheiro de resgate, a ser deixado perto de um terreno em uma mala; c) Mirandão iria até o local após a entrega, para coletar o dinheiro e escondê-lo. No dia combinado, efetivamente colocam o plano em ação. Na mesma rua onde mora, Mirandinha caminha algumas casas para frente e telefona para enganar seu pai. O plano foi bem executado e bem sucedido. O pai da moça entrega a sacola com o dinheiro e vai embora, muito preocupado com a filha. No momento que Mirandão chega e pega a sacola, é surpreendido pela polícia. O grupo não contava com a diligência de Madalena e Jacira, vizinhas que ficam o tempo todo na janela tomando conta a vida alheia. Ambas, cada uma em sua residência, presenciaram o grupo conversando para enganar o pai de Mirandinha e avisaram as autoridades. O inquérito policial demorou dois anos até ser relatado e concluído. O Ministério Público denunciou os três jovens pela prática do crime de extorsão mediante sequestro consumada e associação criminosa, em concurso material, pois segundo o membro do Ministério Público, “no dia 23/05/2032, agindo em conjunto e com unidade de desígnios, Mirandinha, Mirandão e Rubão obtiveram preço de resgate por meio de sequestro, nos termos do art. 159 do Código Penal”. A inicial acusatória, porém, não individualizou a conduta de cada denunciado, limitando-se a imputar genericamente os tipos penais para todos, conforme narrado. O acordo de não persecução penal não foi proposto pelo fato da pena mínima ultrapassar, e muito, o patamar legal objetivo previsto no caput do art. 28-A do CPP. Recebida a denúncia pelo Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Porto Alegre-RS, os réus foram citados em 07.02.2025 (sexta-feira). Na qualidade de advogado(a) comum dos três réus, apresente uma única peça, formulando as teses e os pedidos pertinentes e datando-a do último dia do prazo legal.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

O D. Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca de Presidente Venceslau/SP, após analisar o pedido formulado pela defesa do acusado Mévio, converteu a medida restritiva de direitos (que fora imposta em substituição à pena privativa de liberdade), fixada em sentença, em cumprimento de pena privativa de liberdade imposta no regime inicial aberto, sem fixar quaisquer outras condições. O Ministério Público, inconformado, interpôs o competente recurso. Intimada, a defesa do apenado apresentou contrarrazões requerendo a manutenção da decisão de 1ª instância. Submetido a julgamento pela Corte Estadual, a qual, de forma unânime, resolveu lhe dar provimento para reformar a decisão de 1º grau e fixou como condição especial ao cumprimento de pena no regime aberto, com base no Art. 115 da LEP, uma prestação pecuniária, consistente no pagamento de 4 salários mínimos a uma entidade beneficente. Com base somente nas informações fornecidas pelo enunciado, responda de forma fundamentada aos seguintes itens:

- A) Qual foi o recurso interposto pelo Ministério Público contra a decisão do Juiz da Vara de Execuções Penais?
- B) Está correta a decisão da Corte Estadual, levando-se em conta entendimento jurisprudencial sumulado?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Em sua primeira atuação como advogada, Gisele foi contratada pela família de Anderson para correr até a delegacia e acompanhar a lavratura da prisão em flagrante do rapaz. Chegando no local, apresentou-se como advogada criminalista e, para a sua surpresa, foi coagida pelo delegado que exigiu a entregar 30 mil reais de propina para arquivar o inquérito e liberar o preso. Como era a liberdade de seu cliente que estava em jogo, Gisele pagou o valor para o delegado e depois cobrou da família do rapaz, que foi solto na mesma hora. Com base somente nas informações hipotéticas trazidas acima, responda:

A) Qual foi o crime praticado pela autoridade policial? Fundamente a resposta.

B) Gisele praticou algum crime? Justifique a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Após estudar concurso de crimes na aula da Faculdade XPTO, Gerônimo ficou encantado com a tese do concurso formal de crimes e decidiu se livrar de todos os seus inimigos ao mesmo tempo, com uma única ação. Ciente de que Rafael, Eduardo e Célio se reúnem toda sexta-feira no Bar do Cabeção para confraternizar, planeja a morte dos 3 para a próxima semana. Na data designada, Gerônimo vai até a mesa do bar onde estavam seus 3 inimigos capitais e joga uma bomba caseira de alto poder de destruição, matando seus inimigos e também o garçom que servia a mesa no momento do arremesso do explosivo. Diante do caso hipotético, responda:

A) Houve concurso de crimes? Qual será a regra a respeito das penas a serem fixadas em eventual condenação de Gerônimo? Justifique a sua resposta.

B) Cabe algum benefício processual para Gerônimo? Fundamente a sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Felipe Gomes, casado com a Dra. Maria Carla, médica ativa na Santa Casa de São Paulo, ao mesmo tempo, relaciona-se com Ricardo Arruda, também médico atuante em hospital renomado da mesma cidade. Após 20 anos de casados, Felipe resolve divorciar-se de Maria, relatando a ela a convivência de 10 anos ao lado de Ricardo. Transtornada com a descoberta, Maria resolve matá-lo, motivo pelo qual efetua disparos de arma de fogo contra o peito e a cabeça de Felipe, que cai desacordado no chão. Minutos após o último disparo, Maria coloca Felipe dentro do veículo e o conduz ao hospital mais próximo, local de trabalho de Ricardo Arruda. Em razão do pouco tempo decorrido entre a conduta e a chegada ao hospital, os médicos de plantão, inclusive Ricardo, conseguem salvar a vida de Felipe. Felipe sofreu perigo de vida, atestado pelos médicos responsáveis, recuperando-se e recebendo alta médica após duas cirurgias e três semanas de internação. O Ministério Público oferece denúncia contra Maria Carla por tentativa de homicídio, nos termos do art. 121 c.c. 14, II, ambos do CP. Com base nas informações trazidas pelo problema, responda:

- A) Qual é a tese de direito material a ser apresentada em favor de Maria Carla? Fundamente sua resposta.
- B) Qual é a medida a ser apresentada para a hipótese da denúncia ser recebida? Fundamente a resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

